



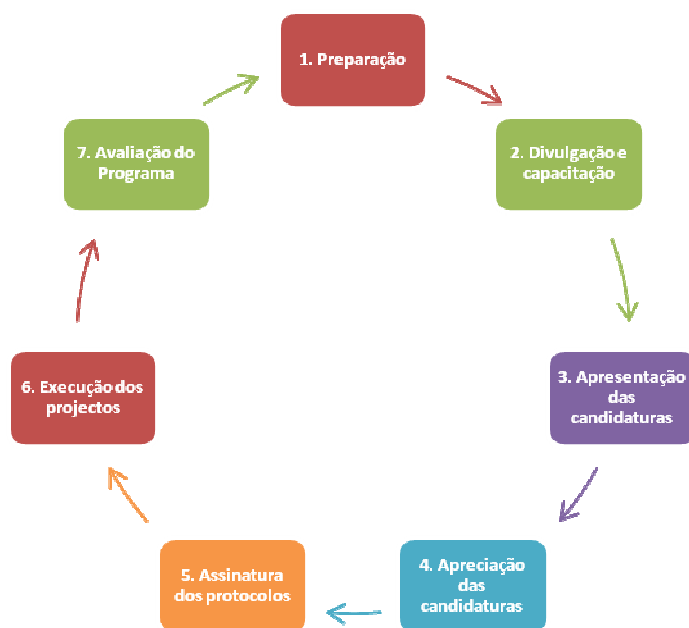
Ciclo e Regras do Programa BIP/ZIP Lisboa 2012 - Parcerias Locais

1. Objecto

O Programa **BIP-ZIP Lisboa 2012 - Parcerias Locais**, adiante designado por Programa, surge no seguimento do Programa BIP/ZIP Lisboa 2011 criado pela Câmara Municipal de Lisboa. Esta edição mantém-se, no quadro do Programa Local de Habitação (PLH), como um instrumento de política pública municipal que visa dinamizar parcerias e pequenas intervenções locais de melhoria dos “habitats” abrangidos, através do apoio a projectos locais que contribuam para o reforço da coesão socio-territorial no município.

O Programa destina-se exclusivamente a apoiar actividades e projectos a desenvolver nos Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária inscritos na Carta dos BIP/ZIP de Lisboa, aprovada pela Assembleia Municipal através da Deliberação 15/AML/2011 de 01 de Março e que pode ser consultada em <http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1296662615D3bGB5er5Wi19HJ6.pdf>.

2. Ciclo



2.1 Preparação (Novembro 2011 a Janeiro 2012):

- I. Avaliação da primeira edição do Programa (parcialmente realizado em 28 Novembro 2011);
- II. Definição do orçamento do Programa para 2012 (em PAA e OM 2012);
- III. Aprovação na Câmara Municipal do ciclo e regras para 2012;
- IV. Constituição do Júri de Avaliação por despacho do pelouro.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
Gabinete da Vereadora Helena Roseta

2.2 Capacitação (Janeiro 2012):

- I. Realização do workshop de capacitação (21 de Janeiro);*
- II. Divulgação pública do Programa;*
- III. Disponibilização on-line do formulário de candidatura.*

2.3 Apresentação das candidaturas (Fevereiro/Março 2012):

- I. Formalização das candidaturas.*

2.4 Apreciação das candidaturas (Março/Abril 2012):

- I. Verificação de conformidades;*
- II. Avaliação pelo júri;*
- III. Publicitação da lista preliminar de candidaturas admitidas e respectiva pontuação;*
- IV. Análise de reclamações;*
- V. Aprovação pela Câmara Municipal da lista final de candidaturas, com a pontuação de todas as candidaturas admitidas e indicação das candidaturas aprovadas e indeferidas e aprovação das minutas de protocolo de transferência de verbas;*
- VI. Aprovação pela CML das alterações orçamentais necessárias para adequar a dotação disponível ao faseamento e natureza dos promotores das candidaturas aprovadas;*
- VII. Notificação das candidaturas.*

2.5 Assinatura dos protocolos (Abril/ Maio 2012):

- V. Cerimónia pública de assinatura dos protocolos.*

2.6 Execução dos projectos (Maio 2012 a Fevereiro 2013):

- I. Implementação dos projectos;*
- II. Produção dos relatórios de progresso.*

2.7 Avaliação do Programa (Janeiro e Fevereiro 2013):

- I. Relatórios de avaliação de todas as candidaturas;*
- II. Estudo de caso de alguns projectos;*
- III. Workshop de avaliação com os promotores e parceiro;*
- IV. Relatório global de avaliação da edição de 2012 do Programa;*
- V. Preparação do ciclo de 2013.*



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
Gabinete da Vereadora Helena Roseta

3. Objectivos específicos

Os objectivos específicos do Programa são os seguintes:

- Fomentar a cidadania activa, a capacidade de auto-organização e a procura colectiva de soluções, através da participação da população na melhoria das suas condições de vida;
- Contribuir para uma imagem positiva destes espaços, de forma a permitir e reforçar a sua integração harmoniosa na cidade, sem discriminações no acesso aos bens e serviços que a todos são devidos;
- Criar um clima favorável ao empreendedorismo e à capacidade de iniciativa local.

4. Acções elegíveis

São elegíveis acções que podem situar-se em três escalões de intervenção:

- Intervenções pontuais*, como, por exemplo, acções de formação ou sensibilização, limpeza do espaço público, exposições, campanhas, eventos comunitários, criação de páginas de Internet, entre outras actividades que impliquem o despoletar de convívios e dinâmicas comunitárias;
- Serviços à comunidade*, como, por exemplo, criação de espaços de Internet, de ocupação de crianças, jovens ou idosos, bibliotecas, mediatecas, edição de publicações e outros suportes informativos para a comunidade, sistemas de trocas locais, hortas urbanas, entre outros serviços de interesse para as populações dos BIP/ZIP;
- Pequenos investimentos e acções integradas*, como por exemplo, recuperação de instalações desde que destinadas à prestação de novos serviços à comunidade, requalificação do espaço público, apoio ao empreendedorismo e às actividades económicas, podendo englobar várias acções previstas nos escalões anteriores.

5. Entidades beneficiárias dos apoios

5.1. Podem concorrer ao Programa as Juntas de Freguesia que incluam nos seus territórios pelo menos um BIP/ZIP, assim como organizações sem fins lucrativos que aí desenvolvam ou se proponham desenvolver intervenções;

5.2. Todas as candidaturas devem ser apresentadas por uma parceria territorial composta por pelo menos duas entidades;

5.3. As entidades que participem em candidaturas poderão ser promotoras ou parceiras. As entidades promotoras celebram o protocolo com a Câmara Municipal de Lisboa, recebem as verbas e são responsáveis pela gestão financeira do projecto. As entidades parceiras são associadas do projecto mas sem responsabilidades directas na gestão financeira do mesmo;

5.4. Todas as candidaturas devem apresentar pelo menos uma entidade promotora de projecto;

5.5. As entidades promotoras e parceiras não podem apresentar mais do que uma candidatura por cada BIP/ZIP;

5.6. São aceites grupos informais, mas apenas na qualidade de entidades parceiras;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
Gabinete da Vereadora Helena Roseta

5.7. As organizações sem fins lucrativos que sejam promotoras de projectos deverão estar inscritas na Base de Dados de Fornecedores da Câmara Municipal de Lisboa no momento de submissão de candidatura ao Programa, devendo garantir, a todo tempo, que os elementos referentes a esta inscrição se encontram actualizados.

6. Financiamento

6.1. O Programa possui uma dotação orçamental de 1.000.000,00 € (um milhão de euros) para a edição de 2012, que assegura a conclusão da edição de 2011 e a parte a executar em 2012 das candidaturas aprovadas nesta edição;

6.2. Cada projecto apresentado poderá ser financiado com uma taxa de financiamento de 100% e até ao montante máximo de 50.000 € (cinquenta mil euros);

6.3. O montante solicitado por cada candidatura deverá ser adequado ao escalão de intervenção, nos termos do nº 4, e devidamente justificado;

6.4. Os apoios financeiros serão concedidos mediante a celebração de protocolos de colaboração entre a Câmara Municipal de Lisboa e as entidades promotoras dos projectos;

6.5. Os financiamentos atribuídos pelo Programa podem ser complementados pelas organizações promotoras e parceiras através de outros apoios e recursos, desde que devidamente declarados e sem incorrer em situações de duplo financiamento das mesmas actividades;

6.6. A concessão de outros apoios, financeiros ou não financeiros, necessários ao desenvolvimento dos projectos, deve estar integralmente assegurada e comprovada no momento da submissão das candidaturas, sob pena de indeferimento das mesmas;

6.7. Caso se confirmem situações de aplicação irregular dos apoios concedidos, as entidades envolvidas poderão ter que restituir o financiamento e/ou ficar impedidas de apresentar novos projectos em futuras edições do Programa;

6.8. As entidades que ainda não tenham finalizado a execução do projecto relativo ao Programa de 2011 só poderão formalizar protocolo relativo a 2012 após boa execução do projecto aprovado em 2011.

7. Despesas elegíveis

7.1. O limite máximo de despesas elegíveis não pode exceder o financiamento aprovado pelo Programa.

7.2. Não são elegíveis despesas relacionadas com:

- I. Obras em sedes de entidades promotoras ou parceiras;
- II. Intervenções em fogos municipais ou privados.

7.3. As despesas com formação, deslocações e ajudas de custos devem respeitar os montantes máximos estipulados pela Câmara Municipal de Lisboa.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
Gabinete da Vereadora Helena Roseta

8. Formalização da candidatura

8.1. As candidaturas devem ser apresentadas exclusivamente através do formulário electrónico criado para o efeito, disponível na página de Internet <http://habitacao.cm-lisboa.pt>. Não serão aceites candidaturas submetidas por outras vias;

8.2. O processo de candidatura deverá integrar obrigatoriamente, sob pena de rejeição liminar, a seguinte documentação:

- I. Formulário de candidatura devidamente preenchido;
- II. Declaração de compromisso relativa a outros apoios, financeiros ou não financeiros, dos quais depende a execução do projecto.

8.3. As organizações sem fins lucrativos promotoras de projectos que ainda não estejam inscritas na Base de Dados de Fornecedores da Câmara de Lisboa deverão fazê-lo, sendo, para o efeito, necessária a seguinte documentação:

- I. Fotocópia do cartão de contribuinte;
- II. Número de identificação bancária;
- III. Comprovativo de situação regularizada perante a Fazenda Pública;
- IV. Comprovativo de situação regularizada perante a Segurança Social;
- V. Comprovativo de situação regularizada perante a Câmara Municipal de Lisboa.

Esta inscrição poderá ser efectuada nos serviços de atendimento municipais no edifício do Campo Grande n.º 25, sendo necessário formulário específico, que poderá ser descarregado em:

http://atendimentovirtual.cm-lisboa.pt/Documents/Formularios/Mod_09_RQ_Fornecedor.pdf

8.4. As organizações sem fins lucrativos promotoras de projectos deverão ainda fornecer a seguinte documentação, conjuntamente com o formulário de candidatura on-line:

- I. Estatutos;
- II. Fotocópia da acta de eleição dos Órgãos Sociais.

8.5. Cabe às entidades promotoras de projecto assegurar a veracidade dos dados das entidades parceiras, caso estas sejam igualmente organizações sem fins lucrativos.

8.6. A Câmara Municipal de Lisboa poderá solicitar a qualquer momento informação adicional sobre as entidades promotoras e/ou parceiras.

8.7. As entidades poderão anexar outras informações que considerem relevantes para o processo de candidatura.

8.8. As entidades promotoras que tenham submetido com sucesso a sua candidatura deverão enviar em papel, no prazo máximo de 5 dias úteis a contar do final do prazo para submissão de candidaturas, o documento comprovativo da submissão on-line da candidatura, devidamente assinado por todas as entidade promotoras e parceiras. Este documento original deve ser enviado, via postal, para o Grupo de Trabalho dos BIP/ZIP – Rua Nova do Almada n.º 2, 3º andar, 1100-060 Lisboa.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
Gabinete da Vereadora Helena Roseta

9. Critérios de avaliação

9.1. A avaliação e selecção das candidaturas têm em conta os seguintes critérios:

- I. Participação, com ponderação de 0 a 30;
- II. Pertinência e Complementaridade, com ponderação de 0 a 20;
- III. Coesão Social e Territorial, com ponderação de 0 a 20;
- IV. Sustentabilidade, com ponderação de 0 a 20;
- V. Inovação, com ponderação de 0 a 10.

A classificação final resultará do somatório da pontuação atribuída a cada critério.

9.2. Em caso de igualdade de pontuação entre candidaturas, o desempate decorre do peso pontual obtido por cada candidatura nos diferentes critérios, de acordo com a seguinte ordem de importância: 1º Participação; 2º Pertinência e Complementaridade; 3º Coesão Social e Territorial; 4º Sustentabilidade; 5º Inovação.

10. Processo de decisão

10.1. Após a submissão com sucesso da candidatura, será verificada, pelo Grupo de Trabalho dos BIP/ZIP, a conformidade formal dos elementos entregues com as regras do Programa. Em simultâneo, as candidaturas serão objecto de apreciação pelo Júri, de que resultará uma listagem preliminar de candidaturas admitidas e pontuadas.

10.2. As entidades promotoras serão notificadas acerca da listagem preliminar, podendo apresentar reclamação no prazo de 10 dias úteis. Findo este prazo, o Júri aprecia as reclamações e organiza a lista final de classificação das candidaturas admitidas, que será submetida à aprovação da Câmara Municipal.

11. Sustentabilidade

11.1. As entidades promotoras ficam obrigadas a assegurar, nos respectivos projectos, a continuidade das acções desenvolvidas durante o período abaixo indicado, de acordo com os respectivos escalões de financiamento:

- I. até 5.000,00€ de apoio, as acções devem ser asseguradas durante a vigência desta edição do Programa;
- II. até 25.000,00€ de apoio, a actividade resultante do financiamento deve ter repercussão até pelo menos um ano após a conclusão desta edição do Programa;
- III. até 50.000,00€ de apoio, a actividade resultante do financiamento deve ter repercussão até pelo menos dois anos após a conclusão desta edição do Programa;

12. Prazo de execução dos projectos

12.1. Depois de assinados os protocolos de colaboração, as entidades promotoras devem comunicar antecipadamente ao Grupo de Trabalho dos BIP/ZIP a data de início de cada actividade.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
Gabinete da Vereadora Helena Roseta

12.2. A execução física e financeira dos projectos apoiados por esta edição do Programa deverá estar concluída até ao dia 28 de Fevereiro de 2013.

13. Monitorização

13.1. Os promotores dos projectos ficam obrigados a produzir relatórios de progresso, de acordo com o estipulado de seguida:

- I. Para acções até 5.000,00€, um relatório final;
- II. Para acções superiores a 5.000,00€, relatórios trimestrais.

13.2 Estes relatórios serão apreciados pelo Grupo de Trabalho dos BIP-ZIP, que verificará a conformidade da execução física e financeira do projecto;

13.3 A não conformidade com o projecto ou a não apresentação de relatórios poderá implicar a restituição e/ou suspensão do financiamento atribuído;

13.4 Compete à Direcção Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social, através do Grupo de Trabalho dos BIP/ZIP, o acompanhamento dos projectos apoiados, podendo, nesse âmbito, solicitar a qualquer momento as informações que considere necessárias sobre as intervenções e actividades no decurso do período de execução e de sustentabilidade previstos no protocolo de colaboração.

14. Alterações aos projectos

14.1. Eventuais pedidos de alteração aos projectos aprovados devem ser solicitados à Câmara Municipal de Lisboa em formulário próprio, disponibilizado no site do Programa;

14.2. Alterações operadas pelo promotor ou parceiro sem a devida autorização prévia da Câmara Municipal de Lisboa podem implicar a restituição e/ou suspensão do financiamento atribuído aos projectos.

15. Publicitação

15.1. As entidades promotoras e parceiras ficam obrigadas a publicitar o apoio do Programa BIP/ZIP Lisboa 2012 – Parcerias Locais da Câmara Municipal de Lisboa em todas as actividades desenvolvidas, em conformidade com as orientações produzidas pelo Grupo de Trabalho dos BIP/ZIP;

15.2. Os elementos submetidos à Câmara Municipal de Lisboa pelas entidades com candidaturas aprovadas no Programa, no âmbito da execução dos respectivos projectos, poderão vir a ser utilizados pela autarquia para efeitos de divulgação.

16. Casos omissos

16.1. Os casos omissos nas presentes regras serão devidamente analisados pelo Grupo de Trabalho dos BIP/ZIP e resolvidos mediante decisão da entidade competente.

17. Revisão

17.1. As regras do Programa serão revistas anualmente, tendo por base a avaliação efectuada.